



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

A importância da história de luta e resistência do feminismo negro para a ruptura da ordem patriarcal e racista

Laura Juliana dos Santos Cassiano¹
Andrea Pacheco de Mesquita²

Resumo: O feminismo negro tem mostrado sua importância trazendo elementos valiosos aos debates de gênero, assim este trabalho busca evidenciar as lutas de mulheres negras e suas contribuições para a história e para o combate às opressões. A metodologia adotada é pesquisa bibliográfica, trazendo autoras que fazem apontamentos importantes à configuração da sociedade patriarcal e racista. A partir desse estudo é possível compreender que é fundamental que as discussões passem a compreender a questão de gênero sempre à luz da interseccionalidade para que se possa ter uma perspectiva que chegue mais próxima da realidade das mulheres.

Palavras-chave: Feminismo; Mulheres negras; Patriarcado; Racismo; Interseccionalidade.

Abstract: Black feminism has shown its importance by bringing valuable elements to gender debates, so this paper seeks to show black women's struggles and their contributions for history and for the fight against oppression. The methodology adopted is bibliographic research, taking female authors who make important notes to the configuration of patriarchal and racist society. From this study it is possible to understand that it is essential that these discussions begin to understand the issue of gender always through intersectionality, so that we can have a perspective that could come close to the reality of women.

Keywords: Feminism; Black Women; Patriarchy; Racism; Intersectionality.

¹Assistente Social, graduada pela Universidade Federal de Alagoas, membro do grupo de pesquisa Frida Kahlo da Faculdade de Serviço Social - UFAL, lauracassiao49@gmail.com

²Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas, Doutora nos Estudos Interdisciplinares Mulher, gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia e líder do grupo de pesquisa Frida Kahlo da Faculdade de Serviço Social – UFAL, dandreapacheco@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Para falar de feminismo negro é necessário olharmos para o passado, mas dessa vez vamos em busca de um olhar a partir da perspectiva trazida por mulheres negras, como Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Ângela Davis.

A história do país como se conhece amplamente até hoje divulga narrativas que traduzem um conhecimento situado, engendrado e racista. A historiografia demonstra que a representatividade de mulheres negras no próprio material didático utilizado para o ensino nas escolas, é muito pouca, de forma que tais mulheres foram diminuídas ao âmbito doméstico e coisificadas, através de uma visão que as reduz e que não corresponde à totalidade da história. Assim, o feminismo negro traz outra perspectiva, em busca de debater sobre igualdade de direitos e igualdade racial.

O debate acerca da questão de gênero necessita sempre da retomada histórica da formação social do Brasil para que seja possível identificar elementos que fazem parte e determinam as raízes da condição subalterna da mulher e da condição de dominação e privilégio masculino que ainda está presente na contemporaneidade. A compreensão da formação econômica, social e política do Brasil é importante para entender uma série de questões sobre o patriarcado e suas interfaces com o racismo e o capitalismo que se mostra como um modo de produção econômica que estrutura a sociedade de classes.

Sendo assim, este trabalho busca evidenciar as lutas de mulheres negras, suas contribuições para a história e para o combate de um sistema que se nutre da interrelação entre capitalismo-patriarcado-racismo. Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, este trabalho traz autoras que fazem críticas importantes à forma como tem se configurado a sociedade patriarcal e racista buscando dar ênfase à colaboração principalmente das autoras negras.

1 AS MÃOS QUE ESCREVEM A HISTÓRIA

A historiografia tradicional do Brasil traz a narrativa guiada pelo olhar do homem branco a respeito dos acontecimentos políticos e sociais, dessa forma há muitas limitações nas diversas obras que tratam da formação do país. Nesse sentido, a historiadora Beatriz Nascimento (2006 [1974]) problematiza o lugar do sujeito da pessoa negra na produção historiográfica brasileira, pois essas pessoas sempre foram descritas como “escravos” coisificados e vencidos. Nas palavras da autora “a história do Brasil foi escrita por



mãos brancas” (fala no documentário *O negro da senzala ao Soul* de Gabriel Priolli de 1977). Esta autora traz muitas reflexões e críticas necessárias sobre como foram produzidas essas narrativas sobre a história da população negra no Brasil, elaborada sempre através de autores brancos:

Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? (NASCIMENTO, 2006, p. 94).

Lélia Gonzales, autora fundamental por ser uma importante intelectual e militante na articulação entre movimento negro e feminismo, em suas reflexões fez várias críticas a autores que escreveram sobre a história deste país, como Caio Prado Júnior.

Afirma Lélia:

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo (1984, p.232).

No texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), a autora demonstra como o racismo está presente na cultura brasileira e imprime seus traços nas obras que versam sobre a história do Brasil, inclusive naquelas que pretendem fazer uma abordagem a partir de um viés crítico. Segundo ela, o processo de embranquecimento da sociedade se deu em todos os aspectos, assim, a ciência foi parte deste processo influenciando e sendo influenciada por esta perspectiva.

Se debruçar sobre a história é necessário para entender a realidade concreta conseguindo ir além da aparência e buscando chegar à essência dos fenômenos. A história não se repete da mesma forma, entretanto é preciso olhar para o passado e trazer o acúmulo que nos permita compreender a conjuntura e os desafios do tempo presente. Desse modo, a simbiose capitalismo-racismo-patriarcado, como afirma Saffioti (1987), se manifesta enquanto sistema de dominação-exploração-opressão no processo histórico do Brasil, possuindo assim uma dinâmica que determina a configuração das relações sociais, sendo funcional ao modo de produção capitalista, se afirmando nele e/ou sendo afirmado por ele.

2 UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DA MULHER NO PERÍODO DO BRASIL COLÔNIA

Ao pensar a condição das mulheres no período de colônia, Sueli Carneiro (2019) aponta que esse período foi fortemente marcado pelos estupros praticados pelos senhores



brancos portugueses sobre as mulheres negras e indígenas, fazendo deste fato um elemento importante na origem da construção da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça que existem nessa sociedade.

Os primeiros contingentes negros foram introduzidos no Brasil a partir de 1538, quando não existia ainda unidade cultural, racial e nem mesmo linguística entre as pessoas escravizadas vindas de África que possibilitasse uma unificação. Nesse processo, tanto mulheres quanto homens sofreram nesse sistema, sendo os homens escravizados obrigados a trabalhar de forma exaustiva, além de sofrer castigos violentos, enquanto as mulheres escravizadas, além do trabalho forçado eram também vítimas de abusos sexuais. Esta violência perpetrada contra as mulheres negras se mostra como elemento generalizado na colônia (DEL PRIORI, 1993).

A mulher escravizada era vista de forma animalizada e sexualizada, tida como um instrumento para trabalhar e prestar serviços sexuais forçados. Como afirma Carneiro (2019), a mulher negra era vista como “[...] *exótica, sensual, provocativa*” (p. 153, grifos da autora.). Segundo a autora, os colonizadores e camadas religiosas mantiveram relações sexuais com mulheres indígenas e posteriormente com negras escravizadas por conta da escassez de mulheres brancas, com as quais eles construía suas famílias legítimas. Mas também pela lógica patriarcal de que os homens são os donos das mulheres e por isso podem fazer o que quiserem com elas. As mulheres negras eram mão de obra escrava e a forma como foram abusadas sexualmente foi um dos elementos centrais na constituição da família e das relações coloniais no Brasil.

A exploração física das mulheres escravizadas era ainda agravada pela maternidade. Eram exploradas através da violência sexual para satisfazer o prazer dos homens, mas também para a reprodução, visto que, os/as filhos/as das mulheres escravizadas representava também uma espécie de investimento para os senhores, aumentando quantitativamente a mão de obra escravizada. Dessa forma, a exploração sexual de mulheres se mostra como elemento associado às necessidades da colonização. Além do abuso praticado diretamente por seus senhores, muitas mulheres escravizadas eram obrigadas a se prostituir para aumentar os lucros de seus proprietários (DEL PRIORE, 1988).

Gilberto Freyre (2003), autor que tem uma obra dedicada a analisar as relações sociais no período colonial brasileiro, reconhece que o intercuro sexual entre brancos e mulheres negras escravizadas e indígenas aconteceu de forma desfavorável para aquelas mulheres. Contudo, na interpretação do autor havia um “masoquismo” da mulher indígena e da mulher negra, sugerindo que haveria se criado alguma espécie de afetividade naquele tipo de relação. Esta é a perspectiva da história contra a qual muitas autoras vêm se



manifestando, pois o que Freyre define como “intercurso sexual”, na realidade trata-se de violência sexual: estupro.

No período colonial, a sociedade que tinha um perfil patriarcal e agrário criava um padrão segundo o qual os homens eram livres e as mulheres burguesas eram tidas como esposas e mães e as mulheres pobres, negras e indígenas eram tratadas como instrumentos de satisfação sexual. Esse padrão duplo possibilitava ao homem desfrutar do convívio social, dava-lhe oportunidades de trabalho e acumulação de bens, enquanto a mulher aprisionada ao espaço privado/doméstico cuidava da casa, dedicava-se aos filhos/as e dava ordens às mulheres escravizadas.

No sistema patriarcal do período colonial brasileiro, a etiqueta e a idolatria à fragilidade da mulher tendiam a enfatizar os conceitos de sexo forte, nobre e dominador do homem branco, enquanto as mulheres brancas eram submetidas aos mandos da figura do patriarca. Na maioria das vezes estas mulheres brancas contraíam matrimônio antes dos 15 anos e transitavam do domínio paterno para o domínio do marido mediado pela relação conjugal (SAFFIOTI, 2013). Entretanto, Carneiro (2019), salienta que a mulher branca era também extremamente autoritária quanto à forma de tratar “suas escravas”, sendo comuns os casos em que estas senhoras maltratavam com castigos torturantes suas serviçais, por motivos como ciúmes ou capricho.

Nesse contexto, as mulheres negras estavam sujeitas a mais séria exploração e violência, visto que, à escrava cabia a função no sistema produtivo de bens e serviços, mas também era sujeita a um papel sexual forçado. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 236): “[...] transfigurava-se assim, em processo de coisificação o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana a coisa (instrumento de trabalho)”.

As mulheres negras escravizadas recebiam o destino de serem exploradas sexualmente para satisfazer os desejos sexuais do senhor, enquanto que as mulheres brancas recebiam os papéis de esposa e mãe dos/as filhos/as legítimos/as. Durante o período de escravidão, apenas de modo excepcional se permitia que a colonização fosse feita através de grupos familiares já constituídos, o que geralmente acontecia era a vinda de indivíduos isolados que aportavam aqui deixando ou não uma família à espera de fortuna a ser conquistada na nova terra. Desse modo, a escravidão satisfazia tanto às exigências do sistema produtivo quanto às necessidades impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia principalmente o papel de mãe da prole legítima.

As mulheres das camadas dominantes raramente saíam às ruas, apenas para irem à igreja, porém nunca desacompanhadas, e embora algumas tenham exercido considerável papel de mando sobre a escravaria, sua autoridade mantinha-se muito distante da esfera em que o patriarca imperava, uma vez que ocupava uma condição inferior na estrutura da



família em relação ao homem (SAFFIOTI, 2013). E nesta sociedade escravocrata brasileira, de forma geral, havia uma aceitação da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Então, nessa ordem, as mulheres brancas incorporavam e reproduziam também as forças conservantistas da sociedade (SAFFIOTI, 2013).

Ao mesmo tempo em que havia intensa exploração da mulher escravizada sendo utilizada como trabalhadora, como objeto de prazer sexual e como reprodutora de força de trabalho, ela ia se transformando, inconscientemente, no instrumento que pouco a pouco iria minar a ordem estabelecida tanto na dimensão econômica quanto no espaço familiar. O enaltecimento sexual da mulher negra gerava comportamentos antieconômicos por parte do senhor, como por exemplo, a venda e tortura de homens negros escravizados, com os quais houvesse concorrência nesse sentido, por outro lado, as relações sexuais entre senhores e escravas desencadeavam processos de interação social incompatíveis com as expectativas de comportamento no que se referia à estratificação em castas. Assim como também acontecia a disputa entre mulheres brancas e negras por conta dessas concorrências nas relações, contudo não chegava a ser uma rivalidade exatamente uma vez que, pelo sistema de castas, os fins a que se destinavam umas e outras eram diferentes, enquanto as mulheres negras eram forçadas a satisfazer sexualmente o senhor, as mulheres brancas eram destinadas a desempenhar os papéis de esposa e mãe dos/as filhos/as legítimos/as (SAFFIOTI, 2013). É importante lembrar que os/as filhos/as das mulheres brancas em sua grande maioria eram criados por mulheres negras que cuidavam da casa, consideradas a mãe preta. Lélia Gonzales (1984) destaca como é importante observar a figura da “mãe preta”:

É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (p. 235, grifos da autora).

De acordo com a autora, a “mãe preta” é quem exerce verdadeiramente as funções consideradas maternas e ao fazê-lo transmitia para as crianças os valores que lhe diziam respeito. Enquanto a mulher branca, legítima esposa e mãe biológica, nesse caso seria “a outra”, uma vez que não desempenha as atividades principais na criação das crianças. E para Gonzales, a criança, é a própria cultura brasileira, que vai apreender uma série de



elementos, inclusive o “pretuguês”, como a autora chama a linguagem que apresenta o português africanizado. Então Lélia, mostra que as mulheres negras tiveram um lugar de grande destaque na formação da cultura brasileira, a figura da mãe preta é ostentada por essa autora como um sujeito político importante na história.

Quando aconteceu a abolição da escravatura, esse foi um momento que teve significados distintos para a mulher negra e para a mulher branca, visto que as modificações no sistema de estratificação de castas não foram acompanhadas por mudanças na estratificação à base do sexo (SAFFIOTI, 2013). A população negra não foi integrada à sociedade, permanecendo à margem das mudanças estruturais que aconteciam na economia, assim, as ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra, o que acabava forçando a mesma a continuar trabalhando como mucama, ama-de-leite, dama de companhia, ou prostituindo-se (CARNEIRO, 2019).

3 A PERSPECTIVA FEMINISTA NA ANÁLISE DA HISTÓRIA: DESNUDANDO O PATRIARCADO

[...] A história é o que acontece, a seqüência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (PERROT, 2007, p.16).

Neste ponto, é necessário frisar que o patriarcado ao qual os movimentos feministas se referem e discutem hoje em dia não representa precisamente a mesma forma de patriarcado das sociedades pré-capitalistas, tal como abordamos no início no capítulo. As razões pelas quais as mulheres são oprimidas hoje, não são exatamente as mesmas que as do passado, contudo, o tempo atual é marcado por um contexto capitalista que por conta da pressão da reprodução social que a acumulação capitalista cria, reproduz continuamente as condições para opressão de gênero e sexual (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Assim, o termo patriarcado é frequentemente utilizado em textos feministas para tratar da desigualdade e da opressão de gênero, mostrando que são questões que não podem ser reduzidas ao nível de relações interpessoais, mas que possui um caráter de consistência societal. Ou seja, o patriarcado é estruturado e estruturante do nosso modo de produção. A autora feminista Cinzia Arruza (2015) argumenta que o patriarcado não consiste em um sistema autônomo dentro do capitalismo, por outro lado também não elabora uma análise meramente economicista, nem subestima a centralidade da opressão de gênero. A autora considera como desafio a ser tomado compreender como a dinâmica de



acumulação capitalista continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, porém sem expressar estes mecanismos através de explicações econômicas e automáticas.

Sobre este debate, os ensinamentos de Carole Pateman (1993) também são valiosos, visto que a autora argumenta que o termo “patriarcado” se refere a uma forma de poder político, e que atualmente não deve ser compreendido de forma restrita através da compreensão literal como um “governo do pai”. Segundo Pateman o patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista.

As teorias feministas vão então permitir que se faça uma análise sobre o patriarcado não apenas como uma forma de dominação tradicional, que seja datada historicamente e destinada a sucumbir na modernidade, mas sim compreendê-lo enquanto um sistema de opressão que permanece e se atualiza mesmo com o desenvolvimento da sociedade capitalista e da democracia liberal, passando a representar uma característica das sociedades modernas (AGUIAR, 1997).

Neste sentido, Saffioti (1987) salienta que existe uma relação de simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo. Para a autora é fundamental lidar de forma simultânea com as noções de dominação e exploração dentro das análises da dimensão de gênero nos fenômenos sociais.

A tese central da autora em *A Mulher na sociedade de classes* (2013) é que a condição da mulher na sociedade, desde a segunda metade do século XVIII, decorre das necessidades do capitalismo, que alterou as condições de vida da mulher. Dentro desta perspectiva, as contradições de gênero e raça atravessam as classes sociais. Então, embora o capitalismo não tenha criado a inferiorização social das mulheres, se aproveita desta condição e potencializa de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista.

E a respeito da questão racial, são pertinentes as análises de Sueli Carneiro:

[...] desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e, portanto, aceita-se complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (2019, p. 165)

A formação do Brasil teve sua dinâmica marcada pela história da colonização e da escravidão, dessa forma, não é possível falar em patriarcado sem escravismo e vice-versa, uma vez que este país sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal. Neste sentido, Lélia Gonzalez defende que calha a necessidade de se considerar o caráter multirracial e pluricultural para o entendimento da sociedade.

Assim, através da análise histórica do período colonial percebe-se que o Brasil se desenvolveu enquanto uma sociedade de base patriarcal e racista, em que a mulher representa uma figura desvalorizada, sempre objetificada, sendo as brancas tratadas como



acessórios e limitadas ao espaço doméstico, e no caso das mulheres negras e indígenas eram ainda mais fortemente exploradas, visto que além de exploradas através de sua força de trabalho, eram vítimas de sérios abusos sexuais. Isso acabou gerando consequências históricas e como afirma Mirla Cisne (2018), foi assentada nesse domínio econômico e sexual dos senhores rurais que se deu a transição da sociedade estamental para uma sociedade de classes, em um caldo cultural com evidentes relações patriarcais e racistas que se vincularam para fins de exploração sexual e de trabalho.

Percebe-se então que o patriarcado não pode ser compreendido separado da exploração capitalista, embora saibamos que anteceda essa forma. E mesmo que formas de dominação patriarcal tenham se alterado ao longo da história, a base material do patriarcado está mantida, através do capitalismo. Neste sentido é importante compreender o patriarcado enquanto categoria que tem um impacto político e por isso sua importância como ferramenta retórica como argumenta a própria Carole Pateman “[...] se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política” (1993, p. 39).

4 LUTAS E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Mulheres negras são as que mais produzem instabilidade na sociedade como nos mostra Ângela Davis (2017) ao afirmar que “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras [...]”. Portanto é importante não negligenciar o lugar e a condição dessas mulheres ao longo da história, inclusive levando em consideração a história de suas lutas. São as mulheres que historicamente não foram/são ouvidas, um exemplo disto é a própria ausência ou pouca aparição de representantes negras nos espaços de poder, nos espaços ocupacionais de poder e prestígio. Isto sinaliza algo importante e que merece atenção. A desumanização e abjeção de corpos negros fizeram com que durante muito tempo o próprio feminismo, enquanto movimento, tivesse um viés sectário em relação às pautas destas mulheres. E se assumia um feminismo que não representava as mulheres em sua diversidade de raça, classe, orientação social e identidade de gênero. Um feminismo no singular que não abrangia as lutas das mulheres, mas sim a luta de algumas mulheres.

Ângela Davis em *Mulheres, raça e classe* (2016) cita Sojourner Truth, uma mulher negra militante abolicionista e pioneira na luta pelos direitos civis dos/as negros/as nos EUA, que em 1851, na Convenção das Mulheres em Ohio, fez um discurso que se tornou memorável: “*Ain't I a woman?*” (“Eu não sou uma mulher?”). Neste episódio Sojourner Truth



contestou as alegações acerca de uma suposta fraqueza feminina que seria incompatível com o sufrágio, como é possível perceber no trecho:

Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço (p. 70).

Apesar de este discurso específico ter sido proferido no contexto dos Estados Unidos da América (EUA), reflete o que, de forma geral, acontece com mulheres negras também no Brasil: o apagamento de sua história. No Brasil, Lélia Gonzalez no texto *Por um feminismo Afro-latino-Americano* (2011) discute partindo do contexto da América Latina e relata o quanto é notável que o feminismo enquanto teoria tem desempenhado um papel muito relevante nas lutas e conquistas, uma vez que, ao trazer à tona novas perguntas, além de estimular a formação de grupos e redes, também acabaram materializando a busca de uma nova forma de ser mulher. A radicalidade que o feminismo trouxe, segundo a autora, fez com que se tornasse irreversível a busca por um modelo alternativo de sociedade. Com a produção teórica e a ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo. Entretanto, mesmo com as importantes contribuições, durante muito tempo outras discriminações não tiveram a mesma atenção e o mesmo reconhecimento, mesmo sendo também muito grave, como é, por exemplo, a discriminação racial.

Para Gonzalez (2011):

O feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: “Eu vejo o anti-racismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres senão como algo intrínseco aos melhores princípios feministas”. Mas esse olhar que não vê a dimensão racial, essa análise e essa prática que a “esquecem”, não são características que se fazem evidentes apenas no feminismo latino-americano (p. 14).

Então Gonzalez deixou um grande e fundamental legado no sentido de proporcionar esse entendimento de que a cultura brasileira tem como cerne as tradições do povo negro e que não se pode apagar essa negritude dessa sociedade nem tampouco se pode deixar de tratar a questão racial dentro dos movimentos feministas.

Para Sueli Carneiro (2019), o fato de o feminismo ter tido uma origem branca e ocidental consolidou uma hegemonia para o equacionamento das diferenças de gênero e então vem determinando que mulheres não brancas e pobres em todo o mundo passem a



lutar para incorporar no ideário feminista as especificidades raciais, étnicas, orientação sexual, culturais, religiosas e de classe social. A autora argumenta que o que o feminismo negro busca atualmente é um atalho entre “[...] uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade” (p. 184). Segundo ela, o sentido final dessa luta consiste em conquistar a igualdade de direitos e tornar as mulheres negras seres humanos plenos e com oportunidades e possibilidades para além da condição de raça e de gênero.

Ângela Davis cumpre o importante papel de evidenciar que na história “[...] proporcionalmente as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas” (2016, p. 17), mostrando que o espaço que o trabalho ocupa atualmente na vida das mulheres negras é a reprodução de um padrão que teve origem durante os primeiros anos da escravidão, visto que como escravas, estas mulheres acabaram tendo todos os aspectos de suas vidas ofuscados pelo trabalho compulsório. Nas palavras de Davis: “Da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco” (DAVIS, 2016, p. 18).

Além do trabalho forçado as mulheres negras eram submetidas a outras formas de violência que causavam sofrimento, uma vez que eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos, como já debatemos neste trabalho. Contudo, tais mulheres enquanto trabalhadoras não podiam ser consideradas como o “sexo frágil” ou somente como “donas de casa”, e nem os homens negros escravizados poderiam pretender ter a função de chefes de família, muito menos de provedores da casa uma vez que homens, mulheres e crianças, para os proprietários, eram igualmente vistos como provedores de mão de obra escrava da casa grande.

Mulheres negras na época da escravidão afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumanidade daquele modo de produção. Elas resistiram aos assédios sexuais praticados pelos homens brancos, defendiam suas famílias e participavam de paralisações e rebeliões. Segundo Herbert Aptheker (apud DAVIS, 2016), elas envenenavam seus senhores, faziam ações de sabotagem e, assim como os homens, se uniam às comunidades de escravos fugitivos buscando alcançar a liberdade. A maioria das mulheres negras agia com resistência, aquelas que aceitavam passivamente a sina de escrava eram a exceção e não a regra.

As mulheres negras resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo. Por conta da constante repressão da qual era vítima, a mulher negra frequentemente apressava as conspirações de escravos (APTHEKER apud DAVIS, 2016). E muitas vezes, a resistência necessitava de ações diferentes das revoltas e fugas, sendo assim, demandava, por



exemplo, aprender a ler e escrever de forma clandestina e transmitir estes conhecimentos para os outros.

Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma “escola noturna”, dando aulas a seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, de maneira que conseguiu “formar” centenas de pessoas. Sem dúvida, muitas delas escreveram as próprias licenças de viagem e tomaram o rumo da liberdade (DAVIS, 2016, p. 34).

Ângela Davis destaca também o caso de Harriet Tubman que ajudou centenas de pessoas a fugir da escravidão:

Nenhuma discussão sobre o papel das mulheres na resistência à escravidão estaria completa sem um tributo a Harriet Tubman por seu extraordinário ato de coragem ao conduzir mais de trezentas pessoas pelas rotas da chamada Underground Railroad. No início, ela teve uma vida típica de mulher escrava. Trabalhando na lavoura em Maryland, percebeu, por meio de seu trabalho, que seu potencial como mulher era o mesmo de qualquer homem. Aprendeu com o pai a cortar árvores e abrir trilhas e, enquanto trabalhavam lado a lado, ele lhe transmitiu conhecimentos que mais tarde se mostraram indispensáveis nas dezenove viagens de ida e volta que ela realizaria ao Sul. Ele a ensinou a caminhar silenciosamente pela mata e a localizar plantas, ervas e raízes que serviriam de alimento e remédio. Sem dúvida, o fato de ela nunca ter fracassado pode ser atribuído aos ensinamentos de seu pai. Durante a Guerra Civil, Harriet Tubman manteve sua oposição incansável à escravidão, e ainda hoje detém o mérito de ter sido a única mulher nos Estados Unidos a liderar tropas em uma batalha (DAVIS, 2016, p. 35).

Segundo a autora, as mulheres brancas que se uniram ao movimento abolicionista tiveram uma grande colaboração, entretanto quase nunca conseguiam realmente compreender a complexidade real da situação das mulheres escravizadas. A vivência das mulheres negras durante o período da escravidão (trabalho pesado, igualdade no interior de suas famílias, resistência, açoitamentos, assédios e estupros), acabou levando-as a desenvolver determinados traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. E foram estas mulheres as responsáveis por transmitir às suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição dessas mulheres.

As histórias de lutas e resistências das mulheres negras não foram consideradas histórias do feminismo ao longo da história, visto que, o feminismo que predominou na história eurocêntrica ou estadunidense foi a história de um feminismo branco e burguês contado em ondas. Não podemos desconsiderar a importância deste feminismo para as mulheres no mundo inteiro. Contudo, é necessário destacar e valorizar as diversas organizações e lutas das mulheres negras como parte fundamental do feminismo. No Brasil, também foi construído um feminismo em ondas inspirado na Europa e EUA, deixando de fora inúmeras Dandaras, Acotirenes, Xicas, Marias e outras que simbolizam a resistência das mulheres negras lutando por igualdade de gênero e de raça/etnia.



É urgente entender que a história do feminismo é incompleta sem incluir a história das mulheres negras. É este movimento de trazer à tona o papel destas mulheres que surge a organização do feminismo negro, assim denominado para explicitar a luta das mulheres negras. Neste sentido, é impossível pensar um feminismo que tenha apenas um sujeito - a mulher branca e das camadas dominantes. Por isso, ao nos referirmos às lutas das mulheres, colocamos sempre no plural. Não é o sujeito mulher, mas a diversas mulheres que tem cor, raça/etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geração etc. Como salienta Chantal Mouffe (1999), pensar a categoria mulher como esse sujeito político coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo negro mostra seu poder e sua importância através das contribuições extremamente relevantes de tantas mulheres que decidiram criticar o entendimento da categoria “mulher” como sendo um grupo homogêneo, assim como questiona a narrativa que insiste no apagamento de mulheres negras na história.

Portanto, perspectivas feministas que não abarquem as lutas e reivindicações de mulheres negras ao longo da história fatalmente reproduzem uma visão racista, fragmentada e que coloca no centro do debate apenas uma parte das mulheres. Por isso se faz fundamental a compreensão dessa temática com um olhar ampliado e que tenha sempre a interseccionalidade como ferramenta analítica.

Ainda se faz necessária muita articulação e luta das mulheres negras através da ocupação dos espaços, da produção intelectual e de diversas outras formas que ainda estão sob o domínio masculino e que representam cenários onde as discriminações acontecem com frequência. Este é um tema que precisa ser cada vez mais debatido e aprofundado para que mais mulheres se engajem nas lutas e nos espaços de disputas em defesa de seus direitos e de sua identidade.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf acesso em 02 abr. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen. 2019.

DAVIS, Ângela. “**Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo**”. Discurso de Ângela Davis em conferência na Escola de Pensamento Feminista Negro, 17 jul. 2017, Cachoeira-BA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IjtgD0&feature=youtu.be>. Acesso em 02 abr. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, “lugar de mulher é na história”. São Paulo: Contexto, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2003.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano [1988]. **Caderno de Formação Política do Círculo Pamarino**, Batalha de ideias, n. 1, 2011.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate feminista** (especial – Cidadania e Feminismo, p.29-47). São Paulo: Melhoramentos, 1999.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006 [1974], p. 93-98.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Escrever a histórias das mulheres. In: _____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.